
22ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 22ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Marcelo Moreno (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – Semas), membro suplente; Maria Olívia Pessoni Junqueira (Ministério Público Federal – MPF), membro suplente; Jacobson Estumano (Prefeitura Municipal de Barcarena – PMB), membro suplente; Jackeline Sales (2ª Representação da Sociedade Civil), membro titular; Gracilene Barreto (3ª Representação da Sociedade Civil), membro suplente; Fabiano Azevedo (4ª Representação da Sociedade Civil), membro suplente; Rozemiro Brito, membro titular, e Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Cardim (6ª Representação da Sociedade Civil), membro titular; Rosa Maria Dias da Silva, membro titular, e James Pompeu Pereira, membro suplente (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto (8ª Representação da Sociedade Civil), membro titular. Justificaram a ausência: Fátima Solange Góes (4ª Representação da Sociedade Civil); Gilvandro Santa Brígida e Marcos Lobato (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena); Ivo Baia Torres (8ª Representação da Sociedade Civil); Juliana Nobre Soares (Prefeitura Municipal de Barcarena); Mário Santos e Vera Nascimento (1ª Representação da Sociedade Civil); e Renato Belini de Oliveira Costa (Ministério Público do Estado do Pará MPPA). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Daltro Paiva, Paulo Pantoja e Raphael Castro (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 20 de janeiro de 2022, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 30 de novembro de 2021. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a Abertura da 22ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Informes.** Neste momento são anunciados os nomes dos novos membros eleitos da 8ª representação da sociedade civil, Elisomar Barreto, membro titular e Ivo Baia Torres, membro suplente, que passaram por um processo de mobilização social virtual, em dezembro de 2021, representando as comunidades do Caripi, Furo do Arrozal e Ilha Trambioca, em Barcarena (PA). Em seguida, passa-se para o ponto **1.2) Aprovação da ATA da 21ª Reunião (30.11.2021).** Edane informa que houve um pedido de revisão da Hydro na ata, especificamente na parte que trata da apresentação do pesquisador Marcelo Montini, onde são trazidas algumas especificações e correções de acordo com informações e termos técnicos. Edane expõe as revisões e consulta os presentes quanto à aprovação da ata. Após manifestações de concordância com o texto, a ata foi considerada aprovada pela maioria. Passa-se para o ponto **1.3) Leitura dos encaminhamentos pendentes: 1.3.1) Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento (Regimento Interno).**

Edane informa que o documento está sendo consolidado gradativamente a partir da entrada de novos membros da sociedade civil no CA. Atualmente está compartilhado com as novas representações 7 e 8 para leitura e verificação de revisão. Reforça que, o regimento interno do CA está aprovado em sua maioria, ficando alguns parágrafos para última validação entre os membros. Segue-se para o ponto **1.3.2) Cartão-alimentação**. Inicialmente, havia uma questão pendente de outras reuniões do CA que questionava sobre como seria o procedimento a ser adotado para o caso de pessoas que tenham falecido e possuíam o direito de receber o cartão-alimentação. Edane informa que, após a última reunião do CA, em novembro, ocorreu a divulgação, em 20 de dezembro de 2021, por meio de nota do Ministério Público Federal, da liberação do pagamento dos cartões-alimentação para as famílias que estavam aguardando a confirmação dos endereços. Sobre a liberação dos pagamentos, os membros da sociedade civil no CA participaram de um evento de capacitação, no último dia 20 de janeiro, onde dialogaram sobre o assunto, trazendo questões e sugestões de procedimentos a serem considerados pelos signatários na entrega do cartão-alimentação. Edane Acioli faz a leitura das questões e sugestões para ficarem registradas em ata, reforçando que, caso haja mais considerações dos membros, que sejam acrescentadas para registro. A seguir, são lidas as **questões da sociedade civil sobre os procedimentos de entrega dos cartões para as 4.847 famílias de Barcarena: 1)** Considerando o tempo decorrido entre o cadastro das famílias e a entrega do cartão, a pandemia e o falecimento de algumas pessoas cadastradas, questiona-se: como será identificado o herdeiro? Quais documentos serão solicitados? E, caso haja mais de um herdeiro, como se dará a transferência de “titularidade”?; **2)** Da mesma forma, por conta da pandemia, também há o caso de famílias que moram de aluguel e mudaram de residência, dentro da cidade, para outras cidades do interior ou para outro estado. Assim, como essas pessoas serão identificadas e como o cartão será entregue para elas? **3)** De outra forma, há pessoas que se mudaram e/ou perderam os números de contatos, assim, como essas pessoas serão identificadas e como receberão o cartão? Passa-se para a leitura das **sugestões da sociedade civil para os procedimentos de entrega dos cartões para as 4.847 famílias de Barcarena**. Para evitar que a entrega dos cartões seja utilizada de forma indevida por pessoas que queiram se promover junto às famílias, recomenda-se: **1)** Estabelecer um ponto de apoio/informação permanente durante o período de entrega dos cartões (virtual/remoto ou físico) para informar as famílias diretamente sobre os procedimentos de recebimento etc.; **2)** Para o contato das famílias que busquem obter informações, via telefone ou presencial, que seja criado um número de protocolo de atendimento, durante o contato, que possa servir de comprovante para a família na busca de informações e que se mantenha o histórico de atendimento a partir desses protocolos; **3)** Para a empresa que vai realizar a entrega dos cartões, orienta-se que sejam realizados diálogos com as lideranças comunitárias (membros da SC do CA também) para entender o contexto de cada comunidade; **4)** Para a entrega dos cartões, que seja realizado pré-agendamento com data e horário para a pessoa receber o cartão, nos casos presenciais, para garantir os protocolos de biossegurança; **5)** Que seja elaborado um cronograma com ampla divulgação, com as datas e as atividades que vão ocorrer em todo o período de entrega dos cartões; **6)** Que seja implementada uma estratégia de comunicação ampla, que chegue diretamente às famílias, para que tenham conhecimento dos procedimentos a tomarem para recebimento o cartão; **7)** Alerta-se que o serviço de Correios não atende todas as comunidades de Barcarena, assim, caso seja feita entrega direta por via postal, que seja

considerada essa realidade local. Após a apresentação das questões, Jackeline Sales solicita aos signatários que possam responder com brevidade as questões sobre os procedimentos de entrega dos cartões, relata que há casos de famílias que não estão atualmente nos seus endereços por questões de viagens para tratamento de saúde. José Edson Maciel e Maria Olívia Pessoni reforçam que o **procedimento para a retomada dessa atividade do cartão-alimentação está sendo definido entre os signatários em várias reuniões e que, assim que tiverem as respostas, elas serão divulgadas para a sociedade**. José Edson esclarece que haverá várias etapas nessa atividade de entrega dos cartões e que, internamente, estão planejando as etapas, que, também inclui diálogos com lideranças comunitárias. Além disso, **as questões trazidas pelo Comitê serão consideradas no planejamento das etapas e respondidas formalmente aos membros**. Complementa que, o processo de contratação da empresa que irá realizar a confecção e distribuição dos cartões, já está concluído e estão em elaboração do cronograma e do regramento para os casos específicos também. Passa-se para o item **1.3.3) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para a utilização a partir do Resíduo de Bauxita da Hydro (Item 8.13 do TAC)**. As questões apresentadas na 21ª reunião foram encaminhadas, em 14/01/2022, pela Secretaria Executiva, à Hydro para o tratamento das respostas, via e-mail. **O prazo para retorno das respostas ficou acordado até o dia 15 de fevereiro e, caso haja necessidade de estendê-lo, a Hydro fará o comunicado aos membros do CA**. Em seguida, é tratado o ponto **1.3.4) Cláusula 2.1.4 do TAC** (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável). Edane informa que houve atualizações nesse item desde a última reunião do CA, havendo, em 11 de janeiro de 2022, a primeira reunião específica para tratar sobre as consultas prévias, livres e informadas às comunidades quilombolas, com a participação dos signatários do TAC, Prefeitura de Barcarena, Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Barcarena (ARSEP), Concessionária Águas de São Francisco e lideranças das comunidades quilombolas diretamente envolvidas no projeto. A segunda reunião está agendada para o próximo dia 26 de janeiro. Duas outras reuniões foram indicadas, uma reunião para explicação sobre o cronograma atual de expansão dos serviços da água, ainda a ser agendada, com a participação da concessionária Águas de São Francisco e dos membros do CA; e a segunda reunião para tratar sobre a área do projeto de expansão do sistema de água com revisão da área e do valor, com a participação dos signatários, da Prefeitura de Barcarena, da Arsep e da concessionária Águas de São Francisco. As duas reuniões ficaram sem data definida. Ainda sobre os encaminhamentos pendentes, dois itens a serem atualizados, **1.3.4) Termos de Referência para contratação de auditorias independentes e 1.3.5) Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no FEMA**, serão tratados no próximo ponto da pauta sobre a atualização das cláusulas do TAC, assim, poderão ser apresentadas suas atualizações, caso hajam. Na sequência, passou-se ao ponto principal da pauta: **2) Atualização de Item do TAC, ponto 2.1) Apresentação de balanço da implementação das cláusulas do TAC**. Eduardo Bustamante (Hydro) apresentou o status de implementação das cláusulas. Inicialmente explica que o TAC é composto de 37 itens, estando com 19 itens concluídos, 16 itens em andamento e dois itens encontram-se como não iniciados. Destaca-se que, dos 16 itens em andamento, há dois relacionados à comitês, sendo um o Comitê Técnico e outro o Comitê de Acompanhamento, que, por sua natureza, este último permanece em andamento, estando no processo da mobilização social, realizado pela secretaria executiva do Comitê

de Acompanhamento, para a escolha das duas últimas representações da sociedade civil. Quatro itens do TAC estão relacionados a projetos de monitoramento público; oito estão relacionados às auditorias, que demandam diversas tratativas; outro é o item do cartão-alimentação, que está em sua última etapa; por fim, o item que discute a solução permanente de distribuição de água, está em andamento e também demanda tratativas com diferentes setores. Os dois itens que ainda não iniciaram são os que dependem dos resultados das auditorias para serem definidos. Dentre as cláusulas consideradas como pendentes, está a 2.1.1 (itens “a”, “b”, “d”, “e” e “f”). O item 2.1.1 “a” trata do estudo socioeconômico e etnográfico e tem um prazo, a partir da assinatura do contrato da auditoria, de 180 dias para a sua realização. Os itens “b”, “d”, “e” e “f”, da cláusula 2.1.1, tratam dos estudos ambientais, e seguem o mesmo padrão de prazo de 180 dias após a contratação. O item 2.1.1c, que trata dos estudos epidemiológicos, tem um prazo de 240 dias para a realização, após a contratação. Assim, esse grupo de itens que envolvem a cláusula 2.1.1 dependem da aprovação dos termos de referência para serem publicados e as auditorias serem contratadas. O item 2.1.2 do TAC trata do cartão-alimentação e está em última fase de conclusão. O item 2.1.3, que trata de um cupom-indenização, deve ser definido após a realização das auditorias, com devidos levantamento e cadastramento das comunidades. O item 2.1.4 é o que trata da solução permanente de distribuição de água e está com o prazo não definido ainda, pois depende de múltiplos fatores e setores que estão em discussão, assim, seu status está como “em andamento”. O item 2.1.5, que trata da assistência de saúde às comunidades, será definido também após as auditorias, de acordo com os resultados e o que ficar determinado na análise integrada. Os itens 2.1.6 (sistema de avaliação de águas superficiais e subterrâneas), 2.1.7 (sistema de avaliação de balneabilidade das praias), 2.1.8 (sistema de avaliação da qualidade do ar) e 2.1.9 (sistema telemétrico para avaliação das águas das praias) têm um prazo de execução de 365 dias após a assinatura do contrato e depende da aprovação do termo de referência. O item 3.1 que trata da auditoria de segurança e estabilidade dos depósitos de resíduos sólidos está em andamento, com a auditoria contratada. Os itens 3.2.1 (DRS1 - Avaliação da eficiência da contenção das leiras), 3.2.2 (Estudo de Dam Break), 3.2.3 e 3.2.4 (Instalação de câmeras de monitoramento em tempo real para o CIMAM), 3.2.4 (Disponibilizar em tempo real as imagens das câmeras existentes para o CIMAM) foram concluídos e as evidências apresentadas às partes signatárias. O item 4.1, que trata da auditoria da segurança do processo produtivo, tem o prazo de vigência de 150 dias após o contrato da auditoria, e está com status em andamento pois depende da aprovação do termo de referência. Os itens 4.2.1 (Caracterização da torta gerada pelos filtros tambor e prensa), 4.2.2 (Monitoramento dos efluentes líquidos da ETEI), 4.2.3 (Levantamento do sistema de drenagem periférica), 4.2.4 (Iniciativas para aumento da capacidade do gerenciamento de água), 4.2.5 (Balanço hídrico), 4.2.6 (Plano de emergência de chuvas), 4.2.7 & 4.2.9 (Estudo de capacidade de drenagem da refinaria e segregação de águas pluviais), 4.2.8 (Estudo de emissário subfluvial de efluente) também foram concluídos e as evidências apresentadas às partes signatárias. O item 5.1, que trata da auditoria do plano de ação emergencial, tem o prazo de vigência de 180 dias após o contrato da auditoria e está com status “em andamento”, pois depende da aprovação do termo de referência. Os itens 5.2.1 (Sistema de redução automática de fluxo), 5.2.2 (Plano de ação emergencial), 5.2.3 (Plano de gerenciamento de riscos), 6.1.1 e 6.1.2 (Pagamento de penalidades), 8.11 (DRS2 - Mitigação do impacto visual), 8.13 (Programa de pesquisa e desenvolvimento) e 8.2 (Seguro garantia) foram concluídos e as evidências apresentadas às partes signatárias. O

item 8.3 é o Comitê de Acompanhamento não possui um prazo definitivo de conclusão e permanece com o status “em andamento”. E o último item é referente ao terceiro aditivo, que trata da criação do Comitê Técnico, também não tem prazo definido para finalização, assim, a iniciativa permanece em andamento, seguindo as demandas das partes signatárias do TAC. Por fim, Eduardo Bustamante informa que sua apresentação será enviada para a secretaria executiva para compartilhar com todos os membros do Comitê de Acompanhamento, ficando aberto para perguntas, críticas e sugestões à apresentação, no sentido de melhorar o material apresentado para próximas atualizações, e **solicita apoio da secretaria executiva na sistematização, caso haja, de questionamentos, dúvidas ou questões que precisam ser esclarecidas posteriormente, assim como, as sugestões de melhoria na apresentação.** Edane Acioli chama a atenção para um item do TAC apresentado (4.2.1 do TAC) para uma revisão na data de execução, que não coincidia com o início do TAC. Em seguida, Edane Acioli passa a fala para os membros signatários presentes para complementos à apresentação feita por Eduardo. Marcelo Moreno se manifesta informando que houve uma reunião no dia 17 de janeiro entre os signatários para discussão sobre as pendências relativas aos termos de referência e que, os itens que dependem da Semas, o órgão montou uma força-tarefa para finalizar suas pendências. Atualiza que a Semas concluiu as notas técnicas, aprovando os termos de referência dos itens 2.1.1a (estudo socioeconômico e etnográfico), 4.1 (processo produtivo) e 5.1 (auditoria do plano de ação emergencial), que estavam com status “pendente de aprovação do termo de referência”, compartilhado com as demais partes signatárias para avaliação. Informa ainda que, até o final do mês de janeiro, deverão finalizar o item 3.1, que trata da auditoria de segurança e estabilidade das bacias. Sobre o item 8.13, referente ao programa de pesquisa e desenvolvimento relativo aos resíduos da bauxita, informa que fizeram uma reunião técnica na Semas, com a presença do pesquisador Marcelo Montini, onde a Semas apresentou algumas questões específicas a partir do relatório final compartilhado e recomendou que, a partir dos cenários apresentados pelo pesquisador, pelo menos um fosse implementado como forma de mostrar sua efetividade e destinação prática ao resíduo. Finalizada a apresentação e considerações das partes signatárias, Fabiano Azevedo se manifesta dizendo que, apesar da maioria dos itens apresentados estarem com status “concluído” ou “em andamento”, os que ainda estão pendentes têm relação com os termos de referência, demonstrando preocupação com os prazos finais. Por fim, **sugere que os entes responsáveis pela conclusão dos termos de referência se reúnam para avançar e concluir as pendências e que, em uma próxima apresentação de status, sejam identificados, em cada cláusula, quem são os responsáveis, naquele momento, em aprovar os termos e quais justificativas, prazos etc.** Elidiane Cardim apresenta uma pergunta aos signatários sobre a questão das contratações das empresas que irão realizar as auditorias, querendo saber **qual o status de cada contratação, quantas empresas se inscreveram etc.** Rozemiro Brito concorda com as falas de Fabiano e de Elidiane e se manifesta dizendo que entende que a maioria das cláusulas que interessam às comunidades ainda estão em andamento ou ainda não começaram. Questiona se de fato há empresas interessadas em fazer as auditorias e se há previsão em iniciar. Por fim, **pergunta sobre os prazos de conclusão, pois não os identificou durante a apresentação de status das cláusulas.** Eduardo Bustamante retoma a palavra e faz considerações aos membros, inicialmente, sobre a sugestão de Fabiano de se ter um maior detalhamento do status de cada cláusula, acolhendo a sugestão e explicando que o formato da apresentação teve o

objetivo de consolidar em poucas telas todas as cláusulas, por isso não foi possível trazer detalhamentos, mas que poderão realizar em outro momento. Com relação ao ponto trazido por Elidiane, em relação às contratações das auditorias, **sugere que seja solicitada uma atualização detalhada do status do processo de contratações das auditorias, podendo ser ponto de pauta para a próxima reunião.** Complementa informando que a **auditoria do item 3.1, que trata de segurança e estabilidade do depósito de resíduos sólidos, já está em andamento com a empresa contratada.** Com relação às colocações de Rozemiro, reforça que, buscam ampliar a transparência e que a existência do Comitê de Acompanhamento é parte desse processo, pois o espaço de reunião do Comitê, onde se apresentam os status do TAC, é também um espaço para receber críticas. Relembra que foram concluídos 19 itens do TAC, mas que, entende que há itens que vão ser de maior interesse de cada público. Eduardo conclui esclarecendo que, por exemplo, há itens que estão em andamento por questões pendentes de alguma aprovação interna, que dependem do trabalho das partes signatárias, mas, também há questões que estão sendo dialogadas dentro do Comitê de Acompanhamento, como o item 2.1.4 (Investimento em água), que já foram realizadas várias discussões no Comitê, com encaminhamentos, ampliando a participação no debate sobre o projeto, acolhendo sugestões etc., sempre no sentido de melhorar a sua execução final. Edane Acioli registra que, numericamente, dos 37 itens, 19 foram concluídos, assim, a porcentagem de execução soma 51% dos itens do TAC. Fabiano Azevedo se manifesta dizendo que, entende que as cláusulas que impactavam diretamente o processo produtivo da Hydro foram priorizadas, visando a liberação da produção em sua totalidade. Mas que, infelizmente, os termos de referência que estão ligados às auditorias não avançaram. Maria Olívia Pessoni se manifesta dizendo que, os signatários estão trabalhando constantemente nos termos de referência. Explica que a análise até se chegar à aprovação dos documentos, é uma etapa complexa, que depende de muitas leituras e de vários especialistas, que nem sempre estão disponíveis nos órgãos, como no MPF. Assim, os documentos passam por diversas revisões. Por exemplo, assim como os membros do Comitê apresentaram sugestões aos termos de referência, quando tiveram contato com eles, o MPF também apresenta questionamentos, passando por revisões até se chegar ao documento final. Também informa a Fabiano, que os signatários têm essa tabela do status dos termos de referência com todas as informações sobre cada etapa de aprovação, com as datas e os responsáveis, mas que, como houve atualização recente nos últimos dias por parte do MPF e da Semas, ela está desatualizada para apresentar no momento. Assim, concorda com a sugestão de se apresentar posteriormente, podendo ser na próxima reunião do CA, de forma detalhada aos membros. Mas, Maria Olívia registra que, não necessariamente estarão todos como aprovados, pois, no dia anterior, o MPF enviou uma resposta sobre o termo de referência do estudo etnográfico e dos estudos socioeconômicos, discordando de pontos que haviam sido apresentados pelas empresas, pois considera que o termo de referência ainda não estava adequado ao que se propõe o TAC. Assim, esse documento vai passar por uma nova avaliação interna e, para dar agilidade, há a proposta de tratamento das questões pendentes dentro de reuniões a serem realizadas em fevereiro para dar maior celeridade às soluções. Por exemplo, um dos termos de referência que, inclusive já havia sido aprovado, é o que trata da Avaliação Epidemiológica, mas, quando ele foi apresentado para o Comitê de Acompanhamento, houve vários questionamentos quanto à avaliação de mulheres gestantes e de crianças e com relação à matriz biológica de análise, assim, após isto, houve uma reavaliação no termo. De outra forma, a procuradora da

República esclarece que, mesmo após a aprovação do termo de referência, o processo de concorrência apresenta uma série de etapas complexas, a exemplo da contratação da empresa para os estudos de segurança do depósito dos resíduos sólidos (DRS1 e DRS2), que foi concluído recentemente, mas, após o processo seletivo, os resultados foram analisados pela assessoria de pesquisa do MPF, buscando identificar se alguma das empresas concorrentes tinham vínculos com pessoas da Hydro, da mesma forma que a Hydro verificou se as empresas concorrentes tinham questões relativas à corrupção ou se possuíam algum impeditivo para serem contratadas, além de verificar o porte da empresa. O resultado foi a seleção da empresa Fontes Geotécnica, sendo firmado o contrato e, em seguida, realizada reunião técnica do MPF com a empresa para registrar que a auditoria tem como cliente final os ministérios públicos, o Comitê de Acompanhamento do TAC e a sociedade como um todo. Maria Olívia Pessoni reforça que há itens que dependem de diversos segmentos, como o que trata da expansão da rede de abastecimento de água, por exemplo. Entre dezembro e janeiro, o MPF já realizou várias reuniões para tratar do tema. Também realizou ao menos três reuniões, em separado, com a concessionária Águas de São Francisco para se rever o projeto e avaliar as considerações apresentadas em outras reuniões do CA. Por fim, sobre os cartões-alimentação, afirma que as questões trazidas pela sociedade civil na reunião são pertinentes e que as sugestões feitas pelo Comitê de Acompanhamento serão consideradas. Eduardo Bustamante apresenta um esclarecimento com relação à afirmação de que foram concluídas as cláusulas de interesse da Hydro, informa que os itens que dependem exclusivamente da Hydro, apresentam maior facilidade de serem resolvidos, enquanto os itens que exigem tratativas em um colegiado maior, principalmente uma discussão ampliada, têm maior complexidade, pois dependem de uma governança mais complexa que envolve não somente os signatários, mas também outros agentes. Assim, os itens que estão em andamento exigem essa maior governança e, como explicou a doutora Maria Olívia, existem leituras, análises de documentos, às vezes com divergências ou que precisam de contribuições externas. Jackeline Sales se manifesta dizendo que, em nome da sociedade civil que representa, agradece aos signatários, que, em muitas vezes, acolheram as críticas e sugestões apresentadas no CA e que fizeram a diferença no debate interno das partes do TAC. Conclui que, por vezes, os membros da sociedade civil no CA recebem críticas de que não se avança no TAC, mas, registra que, até o momento, houve muito trabalho coletivo no CA e que se avançou em diversos pontos do TAC. No entanto, é necessário fechar alguns prazos e buscar concluir todos os itens, com cautela associada aos prazos. Passando para o ponto **2.2) Atualização sobre a elaboração do plano de aplicação dos valores das multas depositados no Fema**. Marcelo Moreno (Semas) realizou uma apresentação do status do plano de aplicação em elaboração. Inicialmente faz um resumo da última reunião, que ocorreu em Barcarena, em 19 de novembro de 2021, que tratou sobre o plano de aplicação das multas, que está em construção, e segue para a atualização do plano. Explica que há um comitê gestor específico no Fema para discutir o plano de aplicação e que este vai se reportar ao Comitê de Acompanhamento do TAC. Esclarece que esse comitê gestor é formado estruturalmente por servidores da Semas, mas que o órgão abriu para a participação de membros externos. Sua composição atual é formada pelos servidores da Semas: Rodolpho Bastos, secretário adjunto; Marcelo Moreno, da diretoria de licenciamento; Rosa Mendes, coordenadora dos projetos industriais; e Lucas Silva, coordenador financeiro. Externamente também participam dois membros do Comitê de Acompanhamento do TAC: Juliana Nobre, secretária da

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena, e Mário Santos, representante da sociedade civil. Além desses, também participaram pela sociedade civil, contribuindo na revisão do plano, durante a última reunião do Fema, que ocorreu em Barcarena, Paulo Feitosa, Elidiane Marinho e Luciana Quaresma. Em seguida, Marcelo Moreno apresenta um quadro-resumo com o resultado das primeiras discussões deste comitê gestor ampliado, que envolve propostas ligadas ao saneamento básico, como o tratamento dos resíduos sólidos, a captação e tratamento de água, o manejo e uso de águas pluviais e o esgotamento sanitário, além de programas de educação ambiental e de estudos sobre a qualidade dos rios do município de Barcarena, como os rios Murucupi, Dendê e Arienga. Também foram apresentadas propostas ligadas à economia e geração de renda, como a implantação de agroindústria para beneficiamento de produtos locais e, distribuição de um kit de pesca para pescadores. Um outro grupo de projetos está mais ligado à infraestrutura de comunicação, telefonia e energia para áreas rurais. De forma geral, Marcelo Moreno explica que, todas as propostas recebidas estão em avaliação, sendo verificada possível sobreposição com outras ações e projetos para o município, por exemplo, relata que há propostas que foram retiradas, pois se entendeu que já estariam contempladas dentro dos recursos do Termo de Compromisso Socioeconômico assinado entre o Estado do Pará, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec) e a Hydro/Alunorte. Conclui dizendo que estão em discussão projetos ambientais globais que envolvem a implantação de viveiros florestais para a recuperação de áreas com o reflorestamento; a construção e manutenção de usinas de compostagem; a criação de unidade de conservação municipal, como, por exemplo, na categoria de parque natural, que envolveria potenciais áreas, como a do rio Murucupi e a área da praia do Caripi, visando a prática do turismo local de base comunitária. Por fim, atualiza os valores monetários do Fema, destinados ao plano de aplicação específico do TAC, informando que no período entre 15 e 20 de dezembro de 2021, o valor estava em pouco mais de trinta e seis milhões de reais (totalizando R\$ 36.494.108,55). Elidiane Cardim informa que participou na última reunião, que ocorreu em Barcarena, em 19 de novembro e que, durante as discussões das propostas do plano, visaram a coletividade, com cuidado de abranger de forma ampla as comunidades. Lembra que, em outra ocasião houve a proposta do Ministério Público Federal, por meio da procuradora da República, Maria Olívia Pessoni, de se ampliar a participação da sociedade, como, por exemplo, com a abertura de um site ou um canal onde a população ou instituições pudessem apresentar propostas, ficando mais transparente todo o processo. Rozemiro Brito apresenta questões com relação à formação do comitê gestor do plano, **perguntando de que forma o comitê gestor foi formado e se ele não deveria ter sido formado somente com pessoas do Comitê de Acompanhamento do TAC, que já estão com representações eleitas da sociedade civil, além de representantes dos signatários.** Rozemiro continua sua manifestação, expondo que, dentre as propostas apresentadas até o momento, não enxerga nenhum projeto ou ação que venha contemplar as comunidades que ficam mais próximas da área do Distrito Industrial, que é citada no TAC. Por fim, diz que os valores dessas multas poderiam ser utilizados mais precisamente em favor das comunidades mais atingidas, ou se deveria aguardar as auditorias para se ter clareza das áreas mais atingidas para se aplicar os recursos, com o objetivo de que seja feita uma aplicação de forma justa para todas as comunidades. Fabiano Azevedo se manifesta dizendo que, também é preciso pensar na utilização dos recursos para projetos coletivos de forma ampla, semelhante como foram os editais do Fundo Dema, com propostas livres, onde as

comunidades e a sociedade possam inscrever seus projetos a partir de uma chamada pública, com a montagem de um comitê avaliativo, formado pela Semas, por membros da sociedade civil, de outras secretarias do Estado e do Município, para avaliar a viabilidade do projeto, por exemplo, completa dizendo que concorda com Rozemiro sobre ser justo com as comunidades mais atingidas e finaliza dizendo que a prioridade para os projetos deveria ser a geração de emprego e renda, pois, o impacto seria mais positivo para a sociedade. Jackeline Sales reforça as manifestações anteriores de Rozemiro e Fabiano, citando a cláusula do TAC, que trata sobre investimento principalmente nas comunidades diretamente atingidas e próximas das bacias da Hydro. Em seguida, pergunta para Marcelo quais os projetos pensados para essas áreas. Depois, Jackeline esclarece que, inicialmente, como não se poderiam fazer audiências públicas por conta da pandemia, esse comitê gestor seria uma tentativa de amadurecer as ideias e propostas, mas que o plano de aplicação ainda não está fechado, está em construção. No entanto, reflete que é preciso que se avance na sua consolidação final com cronograma de atividades. Lembra que, quando o CA começou suas reuniões, os diálogos sobre o plano de aplicação estavam somente entre a Prefeitura de Barcarena e a Semas e que a criação desse comitê gestor foi um avanço, ampliando a participação. Reforça a **necessidade de serem mantidos no plano os projetos que contemplem as comunidades diretamente atingidas, além de se deixar claro a área de abrangência do plano, visto que há questões ligadas à definição da área de influência direta**. Retoma a sugestão de Fabiano sobre projetos sociais, dizendo que essa foi uma proposta feita nas reuniões do CA logo no início das discussões do plano, ainda em 2020, e que está desenhada no plano, faltando lapidar seu formato. Por fim, cita as praias de Itupanema e de Vila do Conde, que poderiam ter alguma ação de construção de orla e trapiche para atrair turismo, perguntando se é possível incluir essas ações no plano. Conclui lembrando que houve uma proposta também feita em 2020 no CA de que as ações de monitoramento das questões ambientais ocorressem com os próprios moradores das comunidades, por meio de capacitações específicas e que pudesse haver uma espécie de monitoramento social. Pergunta se essa proposta ainda consta na versão em discussão do plano. Elidiane Cardim explica que, durante a última reunião desse comitê gestor, houve uma proposta de inclusão das praias de Vila do Conde e de Itupanema no âmbito da criação de um parque natural, contemplando a questão do turismo local, além da praia de Vila de Beja. Marcelo Moreno retoma a palavra para responder e trazer esclarecimentos gerais. Explica que o comitê gestor foi aberto para participação externa, como no caso de Mário Santos, representante do CA, apesar da estrutura específica do Fema de ser formado por servidores da Semas, com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil. Em relação às propostas que Rozemiro, Jackeline e Fabiano solicitaram informações, esclarece que todas as propostas e discussões realizadas no âmbito do CA foram repassadas à Semas pelo IEB e que, inclusive, havia a solicitação de inclusão da participação das comunidades nas propostas. Com relação à questão de Jackeline sobre a capacitação e ao monitoramento social e ambiental, esclarece que a ideia se mantém, mas, com diálogos com outros recursos para a sua efetivação, como no caso dos recursos que estão na CODEC, com investimento em um instituto tecnológico em Barcarena que pudesse abranger as capacitações sugeridas. **Marcelo reforça também que todas as propostas apresentadas terão caráter público, primando pela transparência e que, após essa segunda rodada de conversas dentro do comitê gestor, o documento do plano de aplicação continuará em construção, refinando as propostas**. Complementa que, a participação das comunidades precisa

acontecer, pelo fato de que o recurso tem assinatura específica de aplicação. Em relação aos projetos que envolvem as orlas de Itupanema e Vila do Conde, esclarece que são ações mais complexas que envolvem o reordenamento urbanístico com readequação de infraestrutura específica também, demandando maiores recursos do que os previstos no plano de aplicação. Mas que, poderão ser analisados com cautela e em parcerias com outros recursos, visando incentivo ao turismo. Marcelo Moreno finaliza informando que o MPF, por meio da procuradora Maria Olívia Pessoni, enviou uma orientação à Semas para que seja ampliado o canal de diálogos com as comunidades e à sociedade interessada de forma geral. E uma sugestão foi a abertura de um canal virtual direto no site da Semas, para receber as propostas da sociedade. Com relação a essa sugestão, a Semas está avaliando as possibilidades internas para a abertura desse canal, além disso, avalia a possibilidade da secretaria executiva do CA apoiar com um primeiro filtro, auxiliando a estabelecer um fluxo de comunicação com as comunidades e as demandas recebidas. Dando seguimento, **Rozemiro Brito pergunta se ainda caberia a entrada de mais alguém no comitê gestor para o plano de aplicação das multas, visto que as comunidades do polo industrial de Barcarena não estão representadas diretamente nesse comitê gestor.** Marcelo Moreno responde a Rozemiro dizendo que, espera-se que os membros da sociedade civil do Comitê, representem a gama da sociedade civil relativa à Barcarena. Finaliza convidando Rozemiro a participar das discussões no comitê específico do Fema, informando que haverá uma reunião em fevereiro e outra em março. Dando seguimento à pauta, passa-se ao ponto **3) O que ocorrer.** Jackeline Sales retoma a questão do **cartão-alimentação**, perguntando se os membros terão alguma reunião com explicações sobre como se dará a ação. Por exemplo, relata que há lideranças perguntando sobre como vai ser a entrega e se a empresa irá entrar em contato com as comunidades em algum momento e que outras pessoas das comunidades também perguntam se todos que se inscreveram na terceira fase irão receber o cartão. Relata que, apesar de haver um número 0800, disponibilizado para consultas, as pessoas procuram as lideranças que estão no Comitê para tirarem as dúvidas. José Edson responde à Jackeline, explicando que uma das preocupações dos signatários é manter o Comitê atualizado e informado sobre os procedimentos da ação e que está previsto um momento com a sociedade civil, através das lideranças comunitárias, que não estão diretamente no CA, no entanto, não teriam como apresentar uma data, pois o cronograma ainda está sendo construído. Maria Olívia Pessoni complementa informando que já estão na etapa de confecção dos cartões, mas que o cronograma será finalizado quando os cartões estiverem disponíveis para distribuição. Dando seguimento, passou-se para o último ponto, definição da **4) Pauta e data da próxima reunião.** Houve a sugestão de se fazer uma atualização de cada item dos termos de referência detalhando o status e de se aprofundar sobre a proposta do plano de aplicação. Os membros se manifestaram concordando com a sugestão da pauta. Assim, o encontro ocorrerá ainda em formato virtual com a seguinte pauta: **1) A elaboração do plano de aplicação dos valores das multas depositados no Fema; e 2) Atualização do status de análise e aprovação dos termos de referência para contratação das auditorias independentes.** Ficando agendada a próxima reunião ordinária para o dia **29 de março de 2022, às 14:30h.** Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17h45, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.